LEONARDO ALIAGA BETTI

**Análise crítica do contrato de trabalho intermitente, à luz da evolução do
direito do trabalho brasileiro**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Enoque Ribeiro dos Santos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

LEONARDO ALIAGA BETTI

**Análise crítica do contrato de trabalho intermitente, à luz da evolução do
direito do trabalho brasileiro**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Enoque Ribeiro dos Santos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: BETTI, Leonardo Aliaga.

Título: Análise crítica do contrato de trabalho intermitente, à luz da evolução do direito do trabalho brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

*Para Lívía, a mulher que me apresentou ao amor,
e para João Pedro, Isadora, Helena e Luíza,
os frutos desse amor.*

AGRADECIMENTOS

A vida é, acima de tudo, um grande aprendizado. E uma das maiores lições que tiramos dessa escola é a de que, sozinhos, nada somos e a nada chegaremos. Por isso, quando atingimos um objetivo, nossa consciência e nosso coração têm o *dever* de agradecer a todos os que, de algum modo, contribuíram com essa conquista.

À Lívia, companheira de todos os momentos, a principal responsável por tudo! Este trabalho é, antes de tudo, *culpa* dessa mulher, que nunca me deixará acomodar!

Ao meu pai, Ari, pela *vida* que me proporcionou, e à minha mãe, Scila, por me ensinar que madrastas podem ser melhores que mães, consciente ou inconscientemente.

À Josephina (*in memoriam*) e ao Antonio (*in memoriam*), pelo carreado, pelo supermercado e por todos os momentos desfrutados. De algum lugar do céu, eu sei que vocês estão orgulhosos de mim!

Ao Jorge Luiz Souto Maior, o responsável por me fazer compreender que a busca por justiça social não é apenas uma opção, mas o próprio sentido de nossas vidas.

Ao meu orientador, professor Enoque, que abriu as portas do Largo de São Francisco para mim. Obrigado por realizar esse sonho, por acreditar no meu trabalho e por me apoiar nesta caminhada que tanto me faz bem!

A todos os professores da Faculdade de Direito da PUC-Campinas, que, no passado, me deram todo o conhecimento para que eu me tornasse *alguém*. E a todos os professores da Faculdade de Direito da USP, que, no presente, me confirmam que as conquistas se devem aos *mestres*! Com todo o carinho!

Aos valorosos servidores da Biblioteca da FADUSP e do Fórum Trabalhista da Barra Funda, especialmente Denise, diretamente responsáveis por este trabalho.

Para João Pedro, Isadora, Helena e Luíza, por me provarem, dia após dia, que é possível que um coração bata fora do próprio peito! E em quatro lugares diferentes!

*Acordo, não tenho trabalho,
procuro trabalho, quero trabalhar
O cara me pede o diploma,
não tenho diploma, não pude estudar
E querem que eu seja educado,
que eu ande arrumado,
que eu saiba falar
Aquilo que o mundo me pede
não é o que o mundo me dá
Consigo um emprego, começa o emprego,
me mato de tanto ralar
Acordo bem cedo, não tenho sossego
nem tempo pra raciocinar
Não peço arrego, mas onde que eu chego
se eu fico no mesmo lugar?*

Até quando? Gabriel, o Pensador.

RESUMO

BETTI, Leonardo Aliaga. **Análise crítica do contrato de trabalho intermitente, à luz da evolução do direito do trabalho brasileiro**. 265 p. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Sob a justificativa de que os altos índices de informalidade e desemprego no Brasil são provocados, em grande medida, pela suposta inadequação do modelo clássico de contratação empregatícia, introduziu-se no país, no ano de 2017, o regime de contratação intermitente. Porém, há dúvidas quanto à compatibilidade do novo contrato com a ordem jurídica constitucional e convencional consolidada no país, assim também quanto à sua eficácia para os fins a que se propõe. Fundado nessa percepção, o objetivo desta dissertação é identificar a pertinência dos obstáculos lançados sobre o novo modelo, o que se faz a partir de duas frentes: de um lado, examina-se a construção jurídica trabalhista brasileira empreendida ao longo do século XX, correlacionando essa evolução com o conceito de trabalho decente; de outro, aborda-se a introdução do contrato de trabalho intermitente na realidade jurídica do país, tanto do ponto de vista da maturação do processo legislativo correspondente, como das implicações jurídicas e sociais decorrentes da mudança. A partir dessas bases, às quais se soma o estudo de regimes análogos ao modelo intermitente brasileiro no direito comparado, identifica-se em que medida se concretiza a adequação do novo regime à realidade brasileira, e quais são os caminhos para que sua inserção não contrarie a lógica que sempre orientou o desenvolvimento do direito do trabalho brasileiro. A metodologia de pesquisa utilizada ampara-se em pesquisa bibliográfica, exame de dados estatísticos, análise jurisprudencial e documental, sempre com o objetivo de contribuir de alguma forma para o estudo de tão impactantes mudanças na ordem jurídica nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato de trabalho intermitente. Trabalho decente. “Reforma” trabalhista.

ABSTRACT

BETTI, Leonardo Aliaga. **Critical analysis of the intermittent employment contract, under the evolution of Brazilian labor law.** 265 p. Master degree. School of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

Under the justification that the high rates of informality and unemployment in Brazil are caused, to a large extent, by the supposed inadequacy of the classic model of employment contracting, in the year 2017, the regime of intermittent hiring was introduced in the country. However, there are doubts about the compatibility of the new contract with the constitutional and conventional legal order consolidated in the country, as well as about its effectiveness for the purposes for which it is proposed. Based on this perception, the objective of this dissertation is to identify the pertinence of the obstacles thrown on the new model, which is done from two fronts: on the one hand, the Brazilian labor legal construction undertaken throughout the 20th century is examined, correlating this evolution with the concept of decent work; on the other, it addresses the introduction of the intermittent employment contract in the country's legal reality, both from the point of view of the maturation of the corresponding legislative process, as well as the legal and social implications resulting from the change. From these bases, to which is added the study of regimes analogous to the Brazilian intermittent model in comparative law, it is identified to what extent the adequacy of the new regime to the Brazilian reality is realized, and what are the paths so that its insertion does not contradict the logic that has always guided the development of Brazilian labor law. The research methodology used is based on bibliographic research, examination of statistical data, jurisprudential and documentary analysis, always with the objective of contributing in some way to the study of such impactful changes in the national legal order.

KEYWORDS: Intermittent employment contract. Decent work. Labor “reform”.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL: O CAMINHO PERCORRIDO ATÉ A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO.....	22
2.1 Constitucionalismo e a preocupação com a questão social.....	23
2.2 O direito individual do trabalho na Constituição de 1988.....	37
2.3 O direito internacional do trabalho e o Brasil.....	40
2.4 O conceito de trabalho decente e sua aplicabilidade no Brasil.....	47
2.4.1 O trabalho adequadamente remunerado.....	54
2.4.2 O trabalho exercido em condições de liberdade.....	57
2.4.3 O trabalho desempenhado em condições de segurança.....	60
3 A “REFORMA” TRABALHISTA DE 2017 E A INTRODUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE NO BRASIL.....	65
3.1 O direito do trabalho em xeque.....	66
3.2 A Lei n.º 13.467: a “reforma” trabalhista entra em vigor.....	72
3.2.1 A Medida Provisória n.º 808: a “reforma da reforma”.....	80
3.2.2 A Portaria 349/2018: a tentativa de “ressureição” da MP 808.....	88
3.3 O contrato de trabalho intermitente brasileiro.....	95
3.3.1 Conceito, características e distinções.....	99
3.3.2 A amplitude da contratação intermitente.....	104
3.3.2.1 Breve análise sobre as profissões regulamentadas.....	110
3.3.2.1.1 Trabalho intermitente no meio rural.....	114
3.3.2.1.2 Trabalho intermitente doméstico.....	116
3.3.3 Períodos de inatividade e suas implicações jurídicas.....	119
3.3.4 A remuneração do empregado intermitente.....	123
3.3.4.1 Décimo terceiro salário e férias.....	129
3.3.5 Formalidades inerentes ao regime contratual intermitente.....	133
3.3.6 Contrato intermitente e negociação coletiva.....	139

4 FÓRMULAS INTERMITENTES DE CONTRATAÇÃO NO DIREITO COMPARADO: CONTRAPONTO COM O MODELO BRASILEIRO.....	143
4.1 <i>Zero-hour contract</i> : o modelo do Reino Unido.....	144
4.2 Contrato de trabalho intermitente português.....	149
4.3 <i>Lavoro a chiamata</i> ou <i>lavoro intermitente</i> italiano.....	156
4.4 <i>Contrato de trabajo fijo discontinuo</i> espanhol.....	165
 5 O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE BRASILEIRO E SUA (IN)ADEQUAÇÃO AO ATUAL ESTÁGIO EVOLUTIVO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	 174
5.1 O modelo brasileiro de contratação intermitente e seu “insucesso estatístico”.	174
5.2 Discussões quanto à inconstitucionalidade e <i>inconvencionalidade</i> : o modelo de contrato de trabalho intermitente brasileiro compatibiliza-se com o conceito de trabalho decente?.....	182
5.2.1 Considerações gerais.....	182
5.2.2 Salário mínimo e remuneração adequada.....	189
5.2.3 Liberdade <i>de</i> trabalho e <i>no</i> trabalho.....	196
5.2.4 Previsibilidade e trabalho digno.....	202
5.2.4.1 Previsão de horas e migração entre contratos convencionais e intermitentes.....	203
5.2.4.2 Acesso ao sistema de proteção social.....	207
5.3 As possíveis soluções para as (diversas) lacunas legislativas.....	219
5.3.1 Limitação de jornada e trabalho intermitente.....	220
5.3.2 Trabalho intermitente em atividades de risco.....	225
5.3.3 Composição de bases de cálculo e preenchimento de cotas.....	229
5.3.4 Rescisão contratual.....	238
 6 CONCLUSÕES.....	 246
 REFERÊNCIAS.....	 251

1 INTRODUÇÃO

Chamada de “reforma”¹ trabalhista, a Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017, representa a maior transformação do direito do trabalho brasileiro desde a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tal constatação é reforçada especialmente pela introdução de diversos institutos desconhecidos em nosso ordenamento, dos quais o novo contrato de trabalho intermitente é dos exemplos mais eloquentes².

De forma paradoxal, a tramitação do processo legislativo que culminou com a “reforma” foi extremamente controvertida. Isso prejudicou o necessário debate sobre os reflexos das mudanças no sistema jurídico brasileiro, em especial com relação à modalidade de contratação intermitente, que estabelece novos parâmetros de contratação e modifica pilares do direito do trabalho, como jamais se observou em nossa sociedade.

A questão que se coloca é: o direito do trabalho brasileiro, hoje alçado a lugar de destaque não só na Constituição Federal, mas também no plano das convenções internacionais em vigor em nosso ordenamento, tem espaço para a inserção de um instituto como o contrato de trabalho intermitente?

¹ Reforma é “ação ou efeito de modificar para tornar melhor, mais eficiente, mais bonito etc”. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Melo. **Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015. p. 808. É por conta dessa definição que as expressões “reforma” e “reformista” serão utilizadas entre aspas ao longo de todo este trabalho. É que há fundadas dúvidas, apontadas por importante parcela da doutrina, quanto à adequação desse conceito à transformação introduzida na legislação trabalhista em 2017: segundo esses críticos, ela teria sido implementada em contrariedade a institutos fundamentais para a própria identidade do direito do trabalho, inexistindo, sob esse viés, verdadeira finalidade de “modificar para tornar melhor, mais eficiente” o direito do trabalho, mas propósito destrutivo desse ramo do Direito. Lenio Luiz Streck sintetiza esse pensamento da seguinte forma: “Vivemos uma espécie de atrofia constitucional autodestrutiva. O que tenho percebido nos estudos acerca da reforma trabalhista é que ela não reconstrói, mas simplesmente destrói as bases estruturais de sustentação do trabalho no Brasil. Essas bases estão assentadas na Constituição de 1988. Quem luta esta luta a partir do Direito, como eu, tem como premissa a tese de que países de modernidade tardia como o Brasil não se afirmarão historicamente apenas nas estritas condições ideais de formação do consenso público. Noutras palavras, o consenso reformador trabalhista deve ser barrado pela verdade constitucional. Por tudo isso, não deixo de considerar cientificamente corretos aqueles que colocam aspas (“reforma” trabalhista) ou aqueles que enfatizam a destruição promovida (deforma trabalhista). Há embasamento científico, e o Direito deve se afirmar cientificamente, para tais posturas, não se tratando de dissimulação ideológica. Pelo contrário, ideológicos dissimulados são aqueles que procuram desacreditar tal abordagem ao lhe atribuir tal pecha”. STRECK, Lenio Luiz. Reforma trabalhista – contrato intermitente é inconstitucional. **Portal Consultor Jurídico**. São Paulo, 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-04/streck-reforma-trabalhista-contrato-intermitente-inconstitucional>. Acesso em: 29 ago. 2020.

² “A inserção do art. 452-A ao corpo da CLT, prevendo uma modalidade de contrato de trabalho intermitente, representa uma das grandes inovações da reforma de 2017, certamente a ser inserida na lista das quatro ou cinco maiores quebras de paradigma”. SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista**: análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 72.

Essa dúvida acende preocupações que remetem à própria essência do direito do trabalho, inclusive no plano internacional: é esse um instrumento intransponível para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, ou tal conceito pode ser flexibilizado em nome de uma suposta conjuntura econômica desfavorável ao capital?

Como identificaremos ao longo deste trabalho, há respostas nos dois sentidos. Para alguns, a modalidade intermitente de contratação vem para *modernizar* positivamente a relação capital-trabalho e garantir a inclusão de novos trabalhadores na ordem social. Para outros, porém, a alteração servirá apenas para *maximizar a exploração humana*, aumentar a desigualdade social, e, especificamente no plano jurídico brasileiro, contrariar importante arcabouço jurídico consolidado após um século de evolução, que teria seu ápice na compatibilização do conceito de trabalho decente com a nossa realidade.

Daí a importância de uma análise crítica e abrangente sobre a mudança, que contribua para a interpretação sistemática da ordem jurídica brasileira, e que, acima de tudo, não deixe de lado a primazia do ser humano trabalhador como vetor desse mesmo sistema.

Forte nesses objetivos, a presente pesquisa pretende examinar o assunto a partir de quatro capítulos, que desaguarão em nossas considerações finais.

No primeiro, propõe-se examinar o surgimento e a evolução do direito do trabalho brasileiro, sua atual conformação na Constituição Federal e nas normas de direito internacional em vigência no Brasil, e a compatibilização desses elementos com o conceito de trabalho decente. O objetivo é enfatizar a gênese e o desenvolvimento do constitucionalismo brasileiro, assim como a inserção de tratados e convenções internacionais que versam sobre direito do trabalho, mais especificamente os que digam respeito à incorporação do conceito de trabalho decente à realidade brasileira.

No segundo capítulo, a pesquisa é direcionada ao estudo do contrato de trabalho intermitente brasileiro. Para contextualizar o assunto, aborda-se, inicialmente, a transformação por que passou o direito do trabalho, com ênfase no modelo brasileiro ao longo das últimas décadas do século XX; em seguida, analisa-se o processo legislativo que culminou com a “reforma” trabalhista no ordenamento brasileiro; na parte central do capítulo, analisa-se o contrato de trabalho intermitente, tal como positivado no ordenamento jurídico do país, com destaque para os elementos que envolvem a possível

desconstrução de algumas vigas mestras do direito do trabalho, do que sobressai outra faceta da importância do tema tratado.

O terceiro passo da pesquisa envolve analisar modalidades intermitentes de contratação no direito comparado: para tanto, são estudadas as realidades do Reino Unido, de Portugal, da Itália e da Espanha, que correspondem a distintos modelos de regulação do instituto. O objetivo é identificar características que possam contribuir com a realidade brasileira, enriquecendo o estudo para o aperfeiçoamento do instituto no país.

O entrelaçamento dos temas, e, portanto, a síntese da pesquisa, é a parte consequente do trabalho realizado, o quarto capítulo da dissertação. Ali, o contrato de trabalho intermitente é submetido a uma interpretação que ultrapassa a mera literalidade dos dispositivos que o introduzem em nosso ordenamento. Para tanto, identifica-se, em princípio, até que ponto o contrato de trabalho intermitente de fato vem solucionando os problemas sociais que supostamente justificaram sua inserção na realidade do país. Na sequência, examina-se se há adequação constitucional e convencional do novo regime à realidade hoje consolidada em nosso ordenamento. Para a parte final do capítulo, reserva-se o exame das lacunas do regime, propondo-se algumas soluções, à luz de interpretação do sistema constitucional e convencional brasileiro, assim também do direito comparado.

Em resumo, sem a pretensão de exaurir o tema proposto, a pesquisa destina-se a contribuir com uma interpretação que possibilite a formulação de análise crítica sobre o assunto, o que, por sinal, será o objeto de nossas considerações finais, que, muito longe de constituírem conclusões, são, em verdade, o ponto de partida para novas pesquisas sobre tão instigante assunto.

6. CONCLUSÕES

Embora esta seja uma quadra *conclusiva*, não há sombra de dúvidas de que o trabalho que ora se entrega tem muito mais *expectativas* que propriamente *conclusões*.

Claro que algumas conclusões podem ser delineadas. Mas analisar a inserção de um instituto sem precedentes no direito do trabalho brasileiro não tem como ser mais conclusivo que prospectivo, pois se trabalha com o *que deverá ser*, não com o que *é* ou o que *foi* – principalmente em se tratando de Direito, essa que é a Ciência do *dever ser* por excelência.

Encaminhemos, então, nossas impressões sobre o estudo proposto, resumidas todas elas em quatro passagens da música que se explica pelo título (Brasil⁵¹⁶), e que, na nossa compreensão, é a que melhor sintetiza o *sentimento* que guardamos em razão deste trabalho.

*Não me convidaram
Pra esta festa pobre
Que os homens armaram
Pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes de eu nascer*

A “reforma” trabalhista implementada no Brasil em 2017 veio a reboque do contexto em que *o econômico influencia o jurídico*. À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o elemento econômico foi determinante para esse rumo, mesmo que tenha havido certa *resistência* – política e jurídica – a isso, principalmente ao longo da primeira década e meia do século XXI, como tivemos a oportunidade de examinar no segundo capítulo.

Resultante de um processo legislativo no mínimo *controverso*, a Lei n.º 13.467/2017 – posteriormente acompanhada da MP 808/2017 e da Portaria n.º 349/2018 – implementou a mais eloquente transformação do direito do trabalho brasileiro: mudou conceitos, alterou estruturas, ao ponto de introduzir dúvidas sobre inúmeras *certezas* até então reinantes no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro.

⁵¹⁶ CAZUZA. Brasil. **Ideologia**. Rio de Janeiro: Philips, 1988.

Não houve – não se sabe bem o porquê – tempo para maiores discussões. Afinal, o Senado – também não se sabe bem o porquê⁵¹⁷ – *renunciou* ao papel que lhe fora confiado constitucionalmente pelo povo.

O certo é que foi assim que se introduziu o contrato de trabalho intermitente no Brasil. É certo também – aqui vai outra conclusão – que as insistentes razões apontadas para a aprovação do novo modelo – em especial, a redução do desemprego e do subemprego – não se confirmaram na prática, ao menos até aqui, tal como pudemos identificar no início do quarto capítulo.

Nesse sentido, pudemos detectar, não sem assento em estudos anteriores, que modelos flexíveis de contratação, caso do regime intermitente, não têm o condão de gerar mais ou melhores empregos, mas, no médio e longo prazo, justamente o contrário disso.

Aliás, também pudemos observar – especialmente nos modelos do direito comparado que estudamos ao longo do terceiro capítulo – que os contratos flexíveis, mormente o equivalente ao regime intermitente, vêm tendo justamente o efeito de substituir a mão de obra convencional. Isso confirma a premissa de que a utilização de modelos flexíveis leva à precarização do trabalho, o que, como dito, não era novidade. Eis outra conclusão.

*Não me ofereceram
Nem um cigarro
Fiquei na porta
Estacionando os carros
Não me elegeram
Chefe de nada
O meu cartão de crédito
É uma navalha*

Desenvolvemos o segundo capítulo na ânsia de nos aprofundarmos nas particularidades do contrato de trabalho intermitente. E ali pudemos identificar tratar-se, com toda a *transparência*, de modelo contratual que resulta inequivocamente da *liquidez* que hoje toma o mundo: se são efêmeras as relações sociais como um todo, por que não seria efêmero o contrato de trabalho, mera consequência de um sistema capitalista de

⁵¹⁷ Aí estão algumas das conclusões a que *não* conseguimos chegar neste trabalho.

produção tão cercado de incertezas quanto um mar revolto, em cujo líquido se movimentam coisas e seres – quase invariavelmente *não humanos*? Ou seriam *desumanos*?

O problema – aí vai mais uma conclusão – é que o trabalhador intermitente, nesses seus primeiros anos de existência, acima de tudo não ocupa um trabalho *decente*. Não apenas porque ganha menos que o mínimo mensal legalmente considerado para sobreviver (que já não é suficiente) – fato constatado empiricamente –, mas porque não obtém esse trabalho a partir de um modo *verdadeiramente livre* ou seguro. Ocupa-o por ser aquilo que lhe resta *escolher*, outra constatação que extraímos a partir dos estudos empreendidos ao longo do terceiro e quarto capítulos.

Aliás, como pudemos destacar ainda no segundo capítulo, a vingar uma análise *literal* dos institutos que cercam o novo modelo, será possível emprego *sem salário*, em qualquer atividade econômica – exceto para os aeronautas⁵¹⁸ – e com um nível de liberdade – mormente empresarial – capaz de abalar estruturas fundantes do próprio direito do trabalho. E, a julgar pelo que detectamos na segunda parte do quarto capítulo, a marginalização do trabalhador intermitente (em especial do ponto de vista previdenciário) – confirmada pelo fato de que ele já não recebe um salário mínimo mensal – é apenas a crua realidade. Aí está, portanto, mais uma conclusão.

Sintetizando, já que estamos a falar da Ciência do *dever ser*, eis aqui uma prospecção: o amanhã do trabalhador intermitente é sem dúvida mais preocupante que seus *bicos formais* do presente; afinal, se os ganhos sequer são suficientes para a comida de hoje, como resguardar a comida de amanhã? Sem dúvida, a *incerteza* quanto à proteção social dessa gente é uma das conclusões mais *certeiras* que esta dissertação pode apresentar.

Brasil!
Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim

A análise do *fenômeno histórico* – claro – foi o ponto que nos permitiu tirar importantes conclusões: como vimos no primeiro capítulo, desde que o Brasil *compreendeu* que o trabalho é, por excelência, o valor que *dignifica o ser humano*,

⁵¹⁸ Exceção que, pelo que se viu, não se mostra verdadeiramente justificada. Essa, pode-se afirmar, é uma conclusão.

estabeleceu um compromisso normativo com essa realidade. E essa talvez seja uma das mais relevantes conclusões deste trabalho.

Assim, é possível afirmar, com todas as letras, que o Brasil, um dia – e daí por diante –, *optou* pela centralidade do trabalho na ordem jurídica, e o fez desde o momento em que acordou do *pesadelo* que representou a escravidão. E isso não se identifica por uma ou outra lei, mas ao longo de uma caminhada que abarcou *todas* as Constituições brasileiras do século XX (e elas são várias), chegando ao ápice justamente na Constituição vigente.

Há como ir adiante: na verdade, essa condição supera as fronteiras nacionais, pois, ao cancelar um direito internacional do trabalho acima de tudo *humano*, o Brasil *mostrou sua cara*, que, ao menos do ponto de vista normativo, é a de um país que se pretende justo, solidário e inclusivo. Tão inclusivo que, como vimos, incorporou até com alguma tranquilidade – tanto do ponto de vista normativo como político – o conceito de *trabalho decente*, assim considerado aquele capaz de assegurar vida digna ao trabalhador.

Mas foi na breve análise do *fenômeno econômico* que sentimos os efeitos das incertezas, as quais – confessamos – reduziram nosso espectro de conclusões.

Com efeito, ao abrirmos o segundo capítulo, identificamos que o Direito não apenas é influenciado por políticas econômicas; muitas vezes, é *guiado* por elas, o que – felizmente para alguns, nem tão felizmente para outros – impacta fortemente naqueles que são *direitos humanos* por excelência, os direitos sociais.

*Brasil, qual é teu negócio
O nome do teu sócio
Confia em mim*

Enfim, o que se buscou apresentar na parte final do quarto capítulo – e, de certa forma, ao longo de toda esta dissertação – foram também algumas sugestões, pautadas em tudo aquilo que aprendemos ao longo dessa caminhada que, esperamos, nos conduza a um final feliz.

O que se quer, acima de tudo, é que o sujeito que contrata alguém – pelo modelo intermitente ou não – não esqueça que, do outro lado desse contrato há um *ser humano*. Cidadão que, acima de tudo, deve ser tratado com *decência*. E o pressuposto disso

é *confiar-lhe* o desempenho de um trabalho adequadamente remunerado, exercido de forma livre e segura, e que seja eficaz para garantir, acima de tudo, vida digna.

Eis aqui nossa última conclusão, sem dúvida a mais enriquecedora de todas.

REFERÊNCIAS⁵¹⁹

ABRAMO, Laís. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil**: uma estratégia de ação baseada no diálogo social. Brasil: OIT, 2015.

ADAMS, Abi; PRASSL, Jeremias. **Zero-Hours Work in the United Kingdom**. Geneva: Internacional Labour Office, 2018. p. 26. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_624965.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **Direitos Sociais dos Trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2018.

_____. **Trabalho decente**: direito humano e fundamental. São Paulo: LTr, 2016.

ALVES, Amauri Cesar. Trabalho intermitente e os desafios da conceituação jurídica. **Revista LTr**. São Paulo: LTr, 2019. v. 83, n. 02, fevereiro/2019. p. 184-197.

AMADO, João Leal Carlos Conceição. Contrato de trabalho intermitente: uma aposta falhada em Portugal, um sucesso perverso no Brasil? **Direito e processo do trabalho: temas de acordo com a reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2019. p. 21-30.

ANDERSON, Rogério Oliveira. Reforma traz novidades em relação ao trabalho rural intermitente. **Portal Conjur**. São Paulo, 03 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-03/opinio-reforma-traz-novidades-trabalho-rural-intermitente>. Acesso em: 12 ago. 2020.

AQUINO, Gabriela Marcassa Thomaz de. O trabalho intermitente no Brasil e a profissionalização: os postos de trabalho intermitentes como integrantes da base de cálculo da cota de aprendizagem. **Revista de direito do trabalho**. São Paulo: RDT, 2018. vol. 45, n. 201, maio/2019. p. 149-168.

ARAGONÉS, Vidal. El origen de los derechos laborales. **Revista Mientras Tanto**. Barcelona, 27 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.mientrastanto.org/boletin-105/notas/el-origen-de-los-derechos-laborales>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. O contrato de trabalho intermitente: um novo contrato? **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. São Paulo: Lex Magister, 2018. Ano 84, n.º 1, jan-mar/2018. p. 349-376.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Reforma trabalhista**: Enunciados aprovados. Brasília: Anamatra, 2018. Disponível em: <http://www.jornada.nacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>. Acesso em: 11 ago. 2020.

⁵¹⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 6023, 2018.

AVILÉS, Antonio Ojeda. El debate sobre la sostenibilidad de las pensiones em España. In: **Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária**. MELO, Raimundo Simão de; Rocha, Cláudio Jannotti da (coords.). São Paulo: LTr, 2017. p. 41-48.

BACCARO, Lucio; REI, Diego. Institutional Determinants of Unemployment in OECD Countries: Does the Deregulatory View Hold Water? **Cambridge University Press**. Cambridge, 2007. v. 61, issue 3, July. p. 527-569. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/institutional-determinants-of-unemployment-in-oecd-countries-does-the-deregulatory-view-hold-water/88398BD7F06884958408D6FF87BEEBCE>. Acesso em: 27 set. 2020.

BARBAGELATA, Hector-Hugo. **A Evolução do Pensamento do direito do trabalho**. Tradução de Sidnei Machado. São Paulo: LTr, 2012.

BARBOSA, Rui. **A questão social e política no Brasil**. São Paulo: LTr/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

BARBOSA, Washington Luís Batista. O salário-maternidade para a empregada que firmou contrato de trabalho intermitente: análise dos impactos para a concessão do benefício **Revista de direito do trabalho**. São Paulo: RDT, 2018. v. 44, n. 193, setembro/2018. p. 145-158.

BARZOTTO, Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Lima Sobrinho, Barbosa e outros. **Em Defesa do Interesse Nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico**. Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BONI, Guido. Contratto di Lavoro Intermittente e Subordinazione. **Rivista Italiana di Diritto del Lavoro**. Milano: Giuffrè Francis Lefebvre, 2005, ano XXIV, parte I.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. Reforma trabalhista e valorização da negociação coletiva: entre verdades e mentiras. **Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia OAB/SP**. São Paulo: OAB/SP, 2017. Edição 25, primavera de 2017. p. 116-133. Disponível em: https://esaoabsp.edu.br/ckfinder/userfiles/files/RevistaVirtual/REVISTA_Ed25_Site.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. _____. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 6.787/2016, que “altera o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências”. **Relatório do Deputado Rogério Marinho**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961. Acesso em: 14 jul. 2020.

_____. _____. **Relatório Final apresentado ao Plenário da Câmara**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=081A1875289BF82008FC7D31C7AC8CD0.proposicoesWebExterno2?codteor=1548298&filename=Tramitacao-PL+6787/2016. Acesso em: 11 ago. 2020.

_____. _____. **Projeto de Lei n.º 6.787/2016**. Altera o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1382C39ED4484E8618820766FD7AB260.proposicoesWebExterno2?codteor=1520055&filename=PL+6787/2016. Acesso em: 14 jul. 2020.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números 2020**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Estatísticas Mensais do Emprego Formal: novo CAGED**. Brasília: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), 2020. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Jul2020/2-apresentacao.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. _____. **Nível de emprego formal celetista: dezembro de 2019**. Brasília: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/images/ftp/dezembro2019/nacionais/2-apresentacao.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Brasília: MTE, 2006. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--->

americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_226229.pdf. Acesso em 21 jul. 2020.

_____. _____. **Plano Nacional de Trabalho Decente**. Brasília: MTE, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_226249.pdf. Acesso em 22 jul. 2020.

_____. _____. **Portaria n.º 349, de 23 de maio de 2018**: estabelece regras voltadas à execução da [Lei nº 13.467](#), de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho. Brasília: MTE, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/15752792/do1-2018-05-24-portaria-n-349-de-23-de-maio-de-2018-15752788. Acesso em 11 ago. 2020.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara n.º 38/2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. _____. Comissão de Assuntos Econômicos. **Parecer SF N.º 34/2017**, de 06 de junho de 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5326353&disposition=inline>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. ADI 1625/DF, Rel. Maurício Correa. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1675413>. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. _____. ADI 3540-MC, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 01/09/2005, DJ de 03/02/2006. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260>. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. _____. AI 815.869, Relator Ministro Dias Toffoli, 1ª Turma, julgado em 04/11/2014, DJE de 24/11/2014. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=282111128&ext=.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. _____. ARE 1.121.633, Relator Ministro Gilmar Mendes, Plenário, 02/05/2019, DJE de 23/05/2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340227643&ext=.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

_____. _____. RE 201.819, Relatora originária: Ministra Ellen Gracie. Redator para o acórdão: Ministro Gilmar Mendes, 2ª Turma, julgado em 11/10/2005, DJ de 27/10/2006. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=388784>. Acesso em: 11 set. 2020.

_____. _____. RE 466.343, Relator Ministro Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 03/12/2008, DJE de 05/06/2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. RE 590.415, Relator Ministro Roberto Barroso, Plenário, julgado em 30/04/2015, DJE de 29/05/2015. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=306937669&ext=.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

_____. RE 828.040, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Plenário, julgado em 12/03/2020, DJE de 26/06/2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343580006&ext=.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **A História da Justiça do Trabalho no Brasil:** multiplicidade de Olhares. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011.

_____. DCG-1000418-66.2018.5.00.0000, Redator designado Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, SDC, julgado em 11/06/2018, DEJT de 14/02/2019.

_____. RR – 0010454-06.2018.5.03.0097, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, 4ª Turma, julgado em 07/08/2019, DEJT de 09/08/2019. Disponível em: <http://aplicacao4.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=0010454&digitoTst=06&anoTst=2018&orgaoTst=5&tribunalTst=03&varaTst=0097&submit=Consultar>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro. **Trabalho decente.** 3. Ed. São Paulo: LTr, 2013.

BROLIO, Raphael Jacob. **O contrato de trabalho intermitente brasileiro:** a necessidade de regulação por meio da negociação coletiva. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito constitucional: teoria da Constituição.** 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAZUZA, Brasil. **Ideologia.** Rio de Janeiro: Philips, 1988.

COLUMBU, Francesca. O trabalho intermitente na legislação laboral italiana e brasileira. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2017. v. 106, n. 984, outubro, 2017. p. 277-301.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da reforma trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. In: **Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária.** MELO, Raimundo Simão de; Rocha, Cláudio Jannotti da (coords.). São Paulo: LTr, 2017. p. 111-119.

CUEVA, Mario De La. **Derecho Mexicano del Trabajo.** Tomo I. México: Porrúa.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 18. ed. São Paulo: LTr,

2019.

_____; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil:** com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

_____; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e Direitos Fundamentais:** dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017.

_____; PORTO, Lorena Vasconcelos (orgs.). **Welfare State:** os grandes desafios do Estado de Bem-Estar Social. São Paulo: LTr, 2019.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** São Paulo: DIEESE, 2012.

_____. **Boletim Emprego em Pauta.** São Paulo: DIEESE. n. 14, janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta14.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos.** São Paulo: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014.** São Paulo: Dieese, 2016.

ESPAÑA. Instituto Nacional de Estadística. **Asalariados por tipo de contrato o relación laboral, sexo y grupo de edad:** Media de los cuatro trimestres del año. Madrid: INE, 2019. Disponível em: <https://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=4864#!tabs-tabla>. Acesso em 16 ago. 2020.

_____. **Encuesta de Población Activa (EPA):** Serie historica. Madrid: INE, 2020. Disponível em: https://www.ine.es/prensa/epa_tabla.htm. Acesso em 04 ago. 2020.

_____. Jefatura del Estado. **Ley 16/1976, de 8 de abril, de relaciones laborales.** Madrid: Boletín Oficial del Estado de 21 de abril de 1976, n. 96, p. 7894-7902. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1976-8373>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. Ministerio de Empleo y Seguridad Social. **Real Decreto Legislativo 2/2015, de 23 de octubre, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley del Estatuto de los Trabajadores.** Madrid: Boletín Oficial del Estado, 24 de octubre de 2015, n. 255. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2015-11430>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso crítico de direito do trabalho:** teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERRAZ, Sérgio Valladão. **Curso de Direito Constitucional.** 3. ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2007.

FINCATO, Denise Pires. Para além da doutrina: a prática dos benefícios extralegais no contrato de trabalho intermitente. **Revista magister de direito do trabalho**. Porto Alegre: Lex Editora, 2019. n. 93, novembro-dezembro/2019. p. 32-51.

FONSECA, Mariana Martins de Castilho. Qual é a base de cálculo do salário-maternidade das empregadas intermitentes? In: **Suplemento Trabalhista LTr**. São Paulo: Ltr, 2019, ano 55, ed. 070/19. p. 483-486.

FRANCO, Raquel Veras; MOREIRA, Leonardo Neves. História da Justiça do Trabalho no Brasil: o olhar do TST. **A História da Justiça do Trabalho no Brasil**: multiplicidade de Olhares. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Trabalho intermitente. **Revista de direito do trabalho**. São Paulo: RDT, 2018. v. 44, n. 188, abril de 2018. p. 77-87.

GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (Orgs.). **Arnaldo Süssekind: um construtor do direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

GOMES, Orlando. **Direito do trabalho**. Salvador: Edições Fórum, 1941.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Melo. **Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso Básico de Direito Internacional Público e Privado do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel de indicadores**: variação trimestral de desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em 28 jul. 2020.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD)**: indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em dezembro de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0649bf9319de9f6b0f3f75e26dbce06d.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD)**: séries históricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____. **Avanços na agenda nacional do trabalho decente**. Brasília: MTE, 2010. Dados disponíveis em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3976/1/bmt44_04_nt02_avancos.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

ITALIA. Agenzia Nazionale Politiche Attive del Lavoro (ANPAL). Ministero del Lavoro

e dele Politiche Sociali. **Nota trimestrale sulle tendenze dell'occupazione**. Roma: ANPAL, 2019. Disponível em: <https://www.anpal.gov.it/documents/552016/586456/Nota-Trimestrale-Occupazione-III-2019.pdf/10f19dc0-5346-aa64-ecca-06b4ecd6b0b0?t=1576679644170>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. Presidenza della Repubblica. **Decreto Legislativo 10 settembre 2003, n. 276**: Attuazione delle deleghe in materia di occupazione e mercato del lavoro, di cui alla legge 14 febbraio 2003, n. 30. Roma: *Gazzetta Ufficiale* n. 235 del 9 ottobre 2003 - Supplemento Ordinario n. 159. Disponível em: https://www.camera.it/parlam/leggi/deleghe/03276_dl.htm. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. **Decreto Legislativo 15 giugno 2015, n. 81**: Disciplina organica dei contratti di lavoro e revisione della normativa in tema di mansioni, a norma dell'articolo 1, comma 7, della legge 10 dicembre 2014, n. 183. Roma: *Gazzetta Ufficiale*, n. 144 del 24 giugno 2015. Disponível em: https://www.cliclavoro.gov.it/Normative/Decreto_Legislativo_15_giugno_2015_n.81.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

JOÃO, Paulo Sérgio. Subordinação e trabalho intermitente: quebra de paradigma. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**. São Paulo: Síntese, 2018. Ano XXIX, n.º 346, abril de 2018. p. 39-43.

LAURO, André Luiz. Inaplicabilidade do contrato de trabalho intermitente para atividades de risco. In: **Suplemento Trabalhista LTr**. São Paulo: LTr, 2019, ano 55, ed. 091/19. p. 621-624.

LEITE, Jorge. Direito do Trabalho na Crise - Relatório Geral. **Temas de direito do trabalho, direito do trabalho na Crise: Poder Empresarial, Greves Atípicas** - IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

MAEDA, Patrícia. **A Era dos zero direitos**: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora. São Paulo: LTr, 2017.

_____. Contrato de trabalho intermitente. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. (coord.). **Resistência**: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 317-325.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2011 (parte 1) e 2017 (parte 2).

_____; ROCHA, Bruno Gilga Sperb. A história da ilegitimidade da Lei 13.467/17. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto (coords.). **Resistência**: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 15-28.

_____; SEVERO, Valdete Souto (coords.). **Resistência**: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARTINS, André Almeida. O trabalho intermitente como instrumento de flexibilização da relação laboral: o regime do Código de Trabalho de 2009. **I Congresso Internacional de Ciências Jurídico-Empresariais, 2009**. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria – Escola

Superior de Tecnologia e Gestão, 2012. p. 66-97. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/772/1/artigo2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Laura Valladão. Alfred Marshall, o capitalismo e sua utopia social. **Economia e Sociedade**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2011. v. 20, n. 3 (43), dezembro de 2011. p. 637-659.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: RT, 2011.

MELEK, Marlos Augusto. Trabalho intermitente. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. Curitiba: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2018. v. 8, n. 74, dez/18-jan./19. p. 74-77. Disponível em: <http://www.mflip.com.br/pub/escolajudicial/?numero=74&edicao=10990#page/1>. Acesso em: 27 set. 2020.

MELHADO, Reginaldo. Contrato de trabalho intermitente: o discurso do *bico* e a fraude do discurso. **A reforma trabalhista na visão da AJD (Associação Juizes para a Democracia)**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 161-192.

MELO, Raimundo Simão de. Aspectos da tutela legal do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador no Brasil. In: **Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária**. MELO, Raimundo Simão de; Rocha, Cláudio Jannotti da (coords.). São Paulo: LTr, 2017. p. 417-428.

_____; Rocha, Cláudio Jannotti da (coords.). **Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária**. São Paulo: LTr, 2017.

MERINO, Lucyla Tellez. **A eficácia do conceito de trabalho decente nas relações trabalhistas**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MEULDERS, Danièle; TYTGAT, Bernard. L'Emergence d'emplois atypiques dans les pays de la CEE. In: Rodgers, Rodgers; Gerry; Janine (Dir.) **Les emplois précaires dans la régulation dum arché du travail: la croissance du travail atypique em Europe de l'Ouest**. Genève: BIT, 1990.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. ROPS-1000418-66.2018.5.00.0000, Relator José Eduardo de Resende Chaves Júnior, 1ª Turma, julgado em 31/10/2018, DEJT de 05/11/2018. Disponível em: https://pje-consulta.trt3.jus.br/consulta_processual/detalhe-processo/0010454-06.2018.5.03.0097. Acesso em: 11 ago. 2020.

MORAES, Maria Celina Bodin de. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 105-147.

NACIF, Cynthia Mara Lacerda; SOUZA, Miriam Parreiras de. Reflexões sobre a aplicação do trabalho intermitente no trabalho doméstico. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 2018. v. 64, n. 97, jan./jun. 2018 p. 251-268. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/escola/institucional/revista/revista-97>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NASCIMENTO, André Pestana; FERREIRA, Susana Bradford. As recentes alterações ao Código do Trabalho e ao Código Contributivo – algumas notas. **Actualidad Jurídica Uría Menéndez**. Lisboa: Uría Menéndez, 2019. n. 53. p. 69-81.

NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves. O contrato de trabalho intermitente na reforma trabalhista brasileira: contraponto com o modelo italiano. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas: Escola Judicial do TRT da 15ª Região, 2017. n. 51, jul./dez. 2017. p. 127-148. Disponível em: https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/fields/colecoesdotribunal_v/revista-do-tribunal-eletronica/2017/r-51-2017.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

OLIVEIRA, Aparecido Batista de. **Crítica do princípio da melhoria da condição social do trabalhador**. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Geral das Nações Unidas**. Paris: AGNU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. Washington: AGNU, 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **26ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho**. Geneva: OIT, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/previous-sessions/87thSession/lang--en/index.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho**. Geneva: OIT, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/previous-sessions/87thSession/lang--en/index.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Convenção n.º 95**. Geneva: OIT, 1949. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235184/lang--pt/index.htm. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Convenção n.º 98**. Geneva: OIT, 1949. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Convenção n.º 103**. Geneva: OIT, 1952. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235193/lang--pt/index.htm. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Convenção n.º 117.** Geneva: OIT, 1962. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235329/lang--pt/index.htm. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Convenção n.º 122.** Geneva: OIT, 1965. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235572/lang--pt/index.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Convenção n.º 131.** Geneva: OIT, 1970. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235860/lang--pt/index.htm. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Convenção n.º 135.** Geneva: OIT, 1971. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235867/lang--pt/index.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. **Convenção n.º 155.** Geneva: OIT, 1981. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236163/lang--pt/index.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

_____. **Convenção n.º 168.** Geneva: OIT, 1988. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236246/lang--pt/index.htm. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Declaração sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho.** Geneva: OIT, 1998. Disponível em: https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; ROCHA, Matheus Lins. O controle de convencionalidade como mecanismo efetivador do direito humano Fundamental ao Trabalho: a sua aplicação no âmbito da Reforma Trabalhista. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia**. Salvador: TRT da 5ª Região, 2018. Ano VII, n. 10, outubro/2018. p. 188-214.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Manual dos recursos nos dissídios do trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1936. 2 v.

PORTUGAL. Assembleia da República. **Lei n.º 4/2008**: aprova o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos. Lisboa: Diário da República n.º 27/2008, série I de 07 de fevereiro de 2008, p. 940-942. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/248247/details/maximized>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Lei n.º 7/2009**: aprova a revisão do Código do Trabalho. Lisboa: Diário da República n.º 30/2009, série I de 12 de fevereiro de 2009. p. 926-1029. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/602073/details/maximized>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Lei n.º 93/2019**: altera o Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro. Lisboa: Diário da República n.º 169/2019, série I de 04 de

setembro de 2019. p. 35-51. Disponível em: <https://dre.pt/application/content/124417106>. Acesso em: 10 ago. 2020.

POVEDA, José Tárraga. **Los trabajadores de temporada, sus prestaciones sociales y la actividad económica en la Región de Murcia**: informe para el Consejo económico y social de la Región de Murcia. Murcia: Cesrm Cuadernos, 2018. Disponível em: <https://conocimientoabierto.carm.es/jspui/bitstream/20.500.11914/2397/2/Los%20trabajadores%20de%20temporada%20sus%20prestaciones%20sociales%20y%20la%20actividad%20econ%C3%B3mica%20en%20la%20Regi%C3%B3n%20de%20Murcia%202018.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

RAMALHO, Maria do Rosário Palma. 100 anos de direito do trabalho em Portugal: algumas notas. **Revista de direito do trabalho**. São Paulo: RDT, 2019. v. 45, n. 208, dezembro/2019. p. 21-50.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Redação. “Ativismo na Corte: 17 Ministros do TST assinam documento contra reforma trabalhista”. Brasília, 25 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/trabalhista-reforma-tst.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RIZZO, Marcelo Vitor Silva; PANCOTTI, Heloísa Helena Silva; RAZABONI JUNIOR; Ricardo Bispo. A jornada intermitente e a expansão do limbo previdenciário: a quem caberá a proteção social da contribuição insuficiente? **Revista de direito do trabalho**. São Paulo: RDT, 2019. v. 45, n. 197, janeiro/2019. p. 101-117.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Los Convenios Internacionales del Trabajo**. Montevideu: Facultad de Derecho Montevideo, 1965.

_____. **Princípios de direito do trabalho**. Trad. Wagner Giglio. São Paulo: LTr, 1993.

ROMITA, Arion Sayão. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2014.

ROTHFUCHS, João Vicente. O Contrato de Trabalho Intermitente na Reforma Trabalhista. **Reforma Trabalhista – Desafio Nacional**. Porto Alegre: Lex Magister, 2018.

SALGADO, Joaquim Carlos. **Estado ético e Estado poiético**. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: TCEMG, 1998. v. 27, n. 2, abr./jun., 1998. p. 56.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Fundamentos do Direito Coletivo do Trabalho**: nos Estados Unidos, na União Europeia, no Mercosul e a Experiência Sindical Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SÃO PAULO. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. AtSum 0000927-26.2013.5.02.0067, Relator Francisco Ferreira Jorge Neto, 14ª Turma, julgado em 11/12/2014, DOE de 09/01/2015. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/juris-sumulas-trtsp>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. (org.). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SENADO NOTÍCIAS. Redação. **Plenário**: “Jucá diz que governo manterá acordo sobre reforma trabalhista”. Brasília, 12 de julho de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/12/juca-diz-que-governo-mantera-acordo-sobre-reforma-trabalhista>. Acesso em 15 jul. 2020.

SERAU JR; Marco Aurélio; WIRTH, Maria Fernanda. Contrato intermitente: meios eficazes para a convocação do trabalhador. **Revista magister de direito do trabalho**. Porto Alegre: Lex Editora, 2019. n. 91, julho-agosto/2019. p. 59-67.

SEVERO, Valdete Souto; MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Manual da Reforma Trabalhista: pontos e contrapontos**. Porto Alegre – São Paulo: AATSP e Editora Sensus, 2017.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **CLT Comentada**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. **Comentários à reforma trabalhista**: análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. **Comentários à reforma trabalhista**: análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo. 2. ed. em *e-book* baseada na 2ª ed. impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. **Curso de direito do trabalho aplicado**. v. 3. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: RT, 2017.

SILVA; Valdemir Severino da; REIS, Cristina Fróes de Borja. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2018. vol. 18, n. 1 (26), jan/jul. 2018. p. 1-26. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, RESTAURANTES E SIMILARES (SINTHORESP). **Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2021**. São Paulo: Sinthoresp, 2019. Disponível em: http://sinthoresp.com.br/site/wp-content/uploads/2019/09/Conven%C3%A7%C3%A3o-Coletiva-de-Hot%C3%A9is_2019.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

STRECK, Lenio. Reforma trabalhista – contrato intermitente é inconstitucional. **Portal Consultor Jurídico**. São Paulo, 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-04/streck-reforma-trabalhista-contrato-intermitente-inconstitucional>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

THOME, Candy Florencio. **O princípio da igualdade em gênero e a participação das**

mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

UNITED, KINGDOM. Department for Business, Energy & Industrial Strategy. **Zero hours contracts: guidance for employers.** London: DBEIS, 2015. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/zero-hours-contracts-guidance-for-employers/zero-hours-contracts-guidance-for-employers>. Acesso em: 07 ago. 2020.

_____. Department for Business Innovation & Skills. **Consultation: zero hours employment contracts.** London, 2013. p. 4. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/267634/bis-13-1275-zero-hours-employment-contracts-FINAL.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. Low Pay Commission. **The National Minimum Wage in 2020.** London: LPC, 2020. p. 2. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/the-national-minimum-wage-in-2020>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. Office for National Statistics. **EMP17: People in employment on zero hours contracts.** London: NOS, 2020. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peopleinwork/employmentandemployeetypes/datasets/emp17peopleinemploymentonzerohourscontracts/current>. Acesso em: 07 ago. 2020.

_____. _____. **Unemployment rate (aged 16 and over, seasonally adjusted).** London: NOS, 2020. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peoplenotinwork/unemployment/timeseries/mgsx/lms>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. UK Parliament. **Small Business, Enterprise and Employment Act 2015.** London: May 26, 2015. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/26/contents/enacted>.

URIARTE, Oscar Ermida. **A flexibilidade.** São Paulo: LTr, 2002.

VALADARES, Alexandre; GALIZA, Marcelo; e OLIVEIRA, Tiago. **A reforma trabalhista e o trabalho no campo. Mercado de trabalho: conjuntura e análise.** Brasília: IPEA, Ministério do Trabalho, 2017. Ano 23, n. 63, out. 2017. p. 95-106. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de direito sindical.** Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.

VIANNA, Segadas *et al.* **Instituições de direito do trabalho.** 15. ed. São Paulo: LTr, 1995.

VICENTE, Joana Nunes. **Trabalho intermitente: uma aposta ganha?** In: MEDEIROS, Benizete Ramos de (coord.). **O mundo do trabalho em movimento e as recentes alterações legislativas: um olhar luso-brasileiro.** São Paulo: LTr, 2018. p. 233-239.

VILLALÓN, Jesús Cruz. Breve panorama del régimen de los trabajadores fijos discontinuos. **Tribuna social:** Revista de seguridade social y laboral. Valencia: CISS, 1998. n. 85. p. 32-49.

WANDELLI, Leonardo Vieira. O direito fundamental ao conteúdo do próprio trabalho: uma reconstrução normativa do direito ao trabalho. In: **Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária**. MELO, Raimundo Simão de; Rocha, Cláudio Jannotti da (coords.). São Paulo: LTr, 2017. p. 231-243.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Inviabilidade do contrato intermitente para categorias com legislações específicas. **Portal Jota**. São Paulo, 29 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/pensando-direito/inviabilidade-do-contrato-intermitente-para-categorias-com-legislacoes-especificas-29112018#sdfootnote30sym>. Acesso em: 29 set. 2020.